

Filipa Riacho

De: Bruno Nascimento [5602@solicitador.net]
Enviado: domingo, 15 de maio de 2016 11:44
Para: CAAJ - Correio Oficial
Assunto: contributos para a elaboração da proposta final de fixação do número máximo de processos executivos para que podem ser designados os agentes de execução e sociedades de agentes de execução

Assunto : Contributos para a elaboração da proposta final de fixação do número máximo de processos executivos para que podem ser designados os agentes de execução e sociedades de agentes de execução

Ex.mo Senhores

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA
Entrada / N.º 93260
Processo N.º 37/2016
Data 16/05/2016

O signatário na qualidade de Agente de Execução vem pronunciar-se e remeter o seu contributo para a questão solicitada.

Em primeiro lugar penso que seria profícuo a entidade fiscalizadora e/ou a própria OSAE tornar público o n.º processos executivos que cada AE teve no ano de 2015.

Esta publicidade permitia antever quais os efeitos da medida a adoptar (contingentação processual), onde seria perceptível perceber quais os AE que se encontram acima e abaixo da média prevista de processos por AE.

Pela minha experiência e contacto com os colegas penso que o n.º ideal de processos por cada AE acaba por se enquadrar nos números apresentados (com as majorações), isto é entre 250 e 300 processos.

Contudo seria pertinente ouvir (inquirir??) individualmente cada AE relativamente a estes números, isto porque pode haver colegas que não estejam disponíveis para receber esta soma de processos.

Outra questão que deve ser clarificada é a nomeação em processos executivos que resulte de pedidos de substituição e de liquidações de outros escritórios. Estes processos contam ou não para os valores globais?

Caso estes valores contem para efeitos globais e em especial os respeitantes às liquidações parece-me lógico o desinteresse em ser AE Liquidatário (caso pessoal), isto porque muitos dos processos recebidos das liquidações apenas se procede aos actos de encerramento do processo.

Contudo para que este modelo funcione e seja perceptível por todos os operadores jurídicos (com ênfase nos próprio Agentes de Execução) as regras devem ser claras e perceptíveis.

Parece-me justo valorar alguns itens para a fixação do número máximo de processos (Artigo 3.º) contudo esses critérios devem ser claros e objectivos.

No respeitante à alínea b) e c) as mesmas não me levantam qualquer objecção e são facilmente "validadas" pelo Sistema Informático.

A alínea a) apesar de perceber a razão de existência do critério, a sua fiscalização e consequente valoração parece-me de difícil execução. Se não vejamos os casos em que não existe adjudicação das quantias por se encontrar pendente embargos, suspensão da execução e /ou qualquer outro caso que impossibilite a entrega das quantias. Como é efectuada esta ponderação?

A alínea d) causa-me preocupação porque qualquer Agente de Execução que tenha uns "miseráveis" 50 processos se tiver 21 processos de determinado Exequente já se encontra em dependência económica. Mas outro AE se tiver 400 processos de um determinado Exequente num universo de 1001 não se encontra em dependência económica .Salvo opinião divergente esta alínea devia ser interligada com uma outra que seria o rácio entre processos entrados em determinado ano e os encerrados nesse ano , visando premiar a celeridade e eficácia processual.

Também deve ficar acautelado que nenhum exequente (nomeadamente os litigantes que actualmente concentram os processos em 3/4 AE como é de conhecimento público e notório por exemplo a NOS, SA) coloque processos em massa em AE sem a prévia aceitação do mesmo. Veja-se a possibilidade de determinado Exequente em Janeiro/2017 decidir nomear-me na minha quota disponível. Ou seja por acto externo ao AE, este fica impossibilitado de gerir o seu escritório (concentração de processos numa fase do ano) e fica em total dependência económica de 1 Exequente (agravando a minoração da alínea d)).

Ou então colocar uma cláusula que não permita que nenhum exequente coloque mensalmente no mesmo AE mais de 10% dos processos a que este tem direito ao longo do ano - Podendo a aceitação desta cláusula ser opcional para cada AE, isto porque, cada um deve gerir o seu escritório do modo que considere mais adequado.

Por Exemplo :

Máximo de 250 processos - mesmo que o exequente X nomeie o mesmo AE sempre terá que distribuir esses 250 processos ao longo de 10 meses para o AE. ($250 \times 10\% = 25$).

Assim deve ser dado conhecimento (em local/site de acesso público) do n.º de nomeações de cada AE (em tempo real) , o que permite que os Exequente procedam às nomeações de forma esclarecida e ponderada.

Por Exemplo :

- Bruno Nascimento CP 5602 (100/ 250) - Comarca Viseu

A fixação do n.º processos por parte da CAAJ para o ano subsequente devia ser feita até 15 de Dezembro do ano em causa e os critérios de valoração/majoração deviam ser apurados até 15 de Novembro. Isto porque permite avaliar as nomeações do ano em curso e avaliar possíveis incongruências e desvios ao pretendido.

Em suma , penso que a opção da contingentação é uma medida equilibrada (em comparação com o modelo actual) , contudo a mesma deve ser calibrada para evitar distorções e avaliada constantemente, isto porque o objectivo último é que a acção executiva se torne célere, eficaz e com taxas de recuperação (dado ser o fim deste processo).

A título adicional parece-me contraditório voltar ao debate um modelo que no passado não teve sucesso (aliás foi um dos motivos da paralisação da acção executiva) que é o da distribuição assente na proximidade geográfica (a da comarca? Ou que critério? Km do escritório?), isto porque levaria a discrepâncias brutais na nomeação de AE, isto porque os AE do interior do país ficariam irremediavelmente sem trabalho ou para fazer face a este cenário iria assistir-se a uma "litoralização" dos AE.

Com os meus melhores e mais cordiais cumprimentos,

Bruno Nascimento -Agente de Execução

TLF: 232 099 710 FAX: 232 407 910

TLM: 91 52 58 900